

Secretaria de Estado da Educação do Paraná

# ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais



## Introdução

Para compreender a posição pedagógica que o Ensino Religioso ocupa na atualidade é imprescindível que se tenha conhecimento de sua evolução histórica, identificando as diferentes etapas pelas quais passou, relacionando-as aos diferentes momentos históricos e ideologias que inspiraram determinadas concepções para esta disciplina.

No amparo da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96, com nova redação no artigo 33, Lei n.º 9475/97, a diversidade religiosa passa a ser enfatizada, e todo o tipo de tentativa de desqualificação de tradições religiosas ou de propaganda religiosa se torna impraticável no espaço escolar. Pois, a Lei claramente proíbe qualquer forma de proselitismo<sup>2</sup>. Como consequência, o Ensino Religioso adquire um enfoque de respeito para com as manifestações religiosas presentes no Brasil e no mundo. Neste particular, convém lembrar que o enfoque dado ao Ensino Religioso, a partir da legislação específica, que garante a abordagem do conhecimento sobre a diversidade religiosa e cultural, sem exclusões ou privilégios, está em perfeita sintonia com as Leis n.º 11.639/03 e 11.645/08, que contempla a inserção de conteúdos sobre a História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena como integrante do currículo das redes públicas e particulares de ensino.

A concepção atual do Ensino Religioso objetiva a democratização dos saberes originados no universo simbólico religioso. Isto implica em alargar a visão e inserir atividades e conteúdos que contemplem as diferentes matrizes religiosas, a saber: nativas (indígenas – aborígenes australianos), africanas, ocidentais, orientais e a negação da religião (ateísmo e agnosticismo).

As vozes silenciadas se fizeram ouvir em tentativas diversas para encontrar espaço nos currículos escolares de Ensino Religioso, que a princípio retratavam o poder hegemônico da Igreja Católica Apostólica Romana. Como fruto desta tentativa de alargar os espaços, antes estreitados por uma confessionalidade dominante, surgiram vários movimentos, reflexões e embates que resultaram no Ensino Religioso com enfoque na diversidade cultural, de forma que nenhuma cultura predomine sobre as outras.

Deste modo, o modelo inter-religioso, lança o olhar para a diversidade cultural formadora

1 Emerli Schlögl possui graduação em Educação Artística – Licenciatura Plena em Música pela Faculdade de Educação Musical do Paraná (1984), Bacharelado em Canto Lírico pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1995), graduação em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2000), Especialização em Psicoterapias de Base Corporal, Especialização em Performance do Canto e Especialização em Pedagogia para o Ensino Religioso. Possui Mestrado em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2005), doutoranda em Geografia com especificidade da pesquisa em Geografia da Religião pela Universidade Federal do Paraná. Atua na equipe pedagógica da ASSINTEC (Associação Inter-Religiosa de Educação), vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

2 Atitudes que visam converter uma ou várias pessoas a uma determinada religião (proselitismo religioso). Propaganda religiosa, ou o comportamento de enaltecer uma religião e criticar outra.

do povo brasileiro e firmam-se em todo o território nacional tendo em vista transcender os muros divisórios geradores da intolerância religiosa, bem como superar atitudes alicerçadas na falta de conhecimento e, portanto, preconceituosas.

O Ensino Religioso enraiza-se no estudo e compreensão da dinâmica que o universo simbólico cultural religioso estabelece no âmbito das relações, sejam estas intra ou interpessoais, ou até mesmo inter-espécies. As tradições religiosas sustentam-se através de um mundo simbólico portador de significados complexos. São palavras, gestos, mitos, estrutura arquitetônica, objetos de culto, e muitas outras formas de expressão de seus conteúdos religiosos, formadores de toda a paisagem religiosa.

Cabe ao professor tratar pedagogicamente os conteúdos do Ensino Religioso levando em consideração a concepção da infância, o desenvolvimento de conteúdo conforme objetivos para cada etapa, a metodologia adequada e o conhecimento historicamente produzido e acumulado acerca das diferentes manifestações do sagrado, objeto desta disciplina.

## Histórico

Durante a monarquia, a Igreja Católica Apostólica Romana era a religião oficial, e em todas as escolas do Brasil as aulas de religião eram ministradas nas chamadas catequese. Neste período, a imposição de uma única modalidade de crença estava alicerçada nos projetos econômicos e políticos vigentes. Pautados na soberania da fé Católica Apostólica Romana realizavam evangelizações e conversões, sem levar em consideração a identidade religiosa e cultural dos povos negros e índios, por exemplo.

A Bula Romanus Pontifex de Nicolau V, assinada a 8 de janeiro de 1455, dava poderes aos navegantes portugueses para que estes escravizassem os “infiéis” de outros países. Deste modo, a fim de promover a “dilatação da fé do império”, utilizaram-se meios violentos de opressão e subordinação de outras culturas, este fato deixou marcas profundas em nossa história.

Vemos aqui dois sentidos entrelaçados, a desqualificação da fé dos povos escravizados permitia a dominação destes pelo enfraquecimento de suas raízes culturais e religiosas, com este manejo o outro sentido cumpria-se, ou seja, a opressão exercida sobre estes e também a evangelização das mulheres, crianças e homens escravizados, camuflava-se com uma certa aura de “benevolência”.

Ao longo dos primeiros séculos, o Brasil foi caracterizado como possuidor de uma sociedade unireligiosa, tendo o catolicismo como religião oficial. Desta forma o “ser” católico não era uma opção pessoal, mas uma exigência da situação histórica, daí se percebe a polêmica na qual o Ensino Religioso se envolveu (JUNQUEIRA, 2002, p.10).

A primeira Constituição do Brasil, de 1824, tratou em seu art. 5º de definir a Religião Católica Apostólica Romana como a religião oficial do Império. Todas as outras religiões seriam então permitidas apenas suas práticas de culto doméstico. A prática poderia acontecer no interior das

casas, que não deveriam ostentar a aparência de templos, o que significava que estas deveriam permanecer no espaço particular, ocultas aos olhos da comunidade.

O Brasil tornar-se-ia uma República em 1889. Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 26 de fevereiro de 1891 nos itens específicos da Declaração dos Direitos está como parágrafo 5º do art. 72 que os “cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis”, legitimando o culto de todas as religiões também nesse espaço público.

No parágrafo 6º define-se leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, e no parágrafo sétimo “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”<sup>3</sup>.

A Constituição Federal de 1988 manteve um dispositivo que se faz presente desde a carta de 1934. Em seu artigo 210, parágrafo 1º, está estipulado que o Ensino Religioso será de matrícula facultativa. Direito este que vigora até os dias de hoje. Entendia-se que esta era uma forma de preservar a liberdade daqueles que não eram católicos para que pudessem dirigir-se a outras atividades durante as aulas de Ensino Religioso.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi a Lei nº 4024/61 que apontava para um Ensino Religioso com enfoque centrado em aula de religião, portanto as aulas se norteavam em aspectos da religião católica apostólica romana.

A LDB nº 5692/71 mudou este enfoque e salientou que o Ensino Religioso centrar-se-ia na religiosidade – aula de valores humanos ou ética; neste período o Ensino Religioso pautava-se no ecumenismo e tratava dos valores cristãos.

O Ensino Religioso Escolar no Brasil, que começou com ênfase completa no catolicismo romano, passou por diferentes fases. De um ensino confessional, tornou-se um ensino inter-confessional, esta inter-confessionalidade tinha bases no cristianismo e buscava solidificar uma experiência ecumênica ao abraçar as diferentes confissões cristãs.

Na década de 1990, no Paraná, o Ensino Religioso passou a fundamentar-se em valores humanos, desenvolvendo conteúdos de reflexão ética e vivencial, centrava-se nos valores fundamentais à vida. Esta proposta torna-se oficial em todo o Estado do Paraná com o lançamento do Currículo Básico para o Ensino Religioso, em 1992. Este currículo resultava da parceria entre a Secretaria Estadual de Educação e a ASSINTEC (Associação Inter-Religiosa de Educação).

Atualmente a organização do Ensino Religioso Escolar segue os ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96, artigo 33, com redação alterada, pela Lei n.º 9475/97.

Art. 33 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o

<sup>3</sup> Este texto pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)

respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

A Lei estabelece a obrigatoriedade da oferta do Ensino Religioso de qualidade e laico em todas as escolas públicas, porém a frequência do aluno é facultativa. Isto significa que se a família de um aluno entender que este não deve frequentar as aulas pode dirigir-se à escola e solicitar a liberação do mesmo, pois como já vimos, o *Ensino Religioso é de oferta obrigatória e matrícula facultativa*. Cabe à escola organizar-se a fim de atender os alunos que, por força de opção familiar, não frequentarem as aulas de Ensino Religioso.

A Lei também estabelece que esta disciplina deve pautar-se na diversidade cultural religiosa do Brasil e não privilegiar esta ou aquela religião. Nenhuma religião é apresentada como superior às outras, pois ao dar prioridade a uma religião em detrimento de outras o professor estaria sendo proselitista, incorrendo em grave erro conforme argumento legal.

O Ensino Religioso é uma disciplina que recebe tratamento didático adequado e que necessariamente é ministrada por professores do sistema de ensino, e não por voluntários.

## Fundamentação Teórico Metodológica

As Diretrizes Curriculares Estaduais de Ensino Religioso para os Anos Finais do Ensino Fundamental têm como objeto de estudo do Ensino Religioso as diferentes manifestações do sagrado, o que implica em desenvolver conteúdos a partir deste objeto vinculando-os às experiências que foram historicamente construídas no âmbito das diferentes culturas e tradições, para tanto está organizada nos seguintes conteúdos estruturantes: Paisagem Religiosa, Universo Simbólico Religioso e Texto Sagrado.

Neste sentido, o sagrado integra o sentimento e a racionalidade, culminando em uma dimensão de totalidade.

Os conteúdos Paisagem Religiosa, Universo Simbólico Religioso e Texto Sagrado poderão organizar também o trabalho com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A Paisagem Religiosa abrange aspectos da geografia cultural, sustenta a espacialidade da religião, como também é a soma de todas as parcelas que compõem o fenômeno religioso a partir de um dado ponto de observação. A paisagem religiosa é aquilo que se mostra aos sentidos e que se torna visível a partir da interpretação e da organização humana. A paisagem religiosa revela territorialmente como as tradições religiosas se comunicam com a instância do sagrado. Também define como estas se tradicionalizam, e divulgam suas verdades de fé às outras gerações. A Geografia da Religião (Geografia Cultural) aborda o espaço religioso tendo o foco voltado para as relações objetivas e subjetivas entre os sujeitos e destes com a instância do sagrado, relações estas mediadas pelas formas simbólicas.

Conforme Gil Filho (2007) apud Teihard de Chardin, este concebeu além da litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera, a noosfera, ou seja, a esfera do pensamento. Por ela o imaterial se inscreve no material, na paisagem. Deste modo a Geografia da Religião se torna possível. Um exemplo:

os povos do deserto vinculam sentimentos religiosos voltados para o céu, enquanto que os povos de floresta vinculam sentimentos religiosos voltados para a natureza que os cerca. Deste modo a geografia determina e condiciona aspectos que se expressam nos mitos, ritos e símbolos destas culturas, conforme influência geográfica.

Abrangendo toda a linguagem do sagrado, o universo simbólico forma a base de sua comunicação e constitui o veículo que aproxima o mundo vivido quotidianamente do mundo sagrado, território do inefável<sup>4</sup>. As religiões, por meio de seus símbolos, impelem seus seguidores à ação e à experiência, conforme o sentido particular de cada linguagem religiosa.

Os símbolos são linguagens que expressam sentidos, comunicam e exercem papel relevante para a vida imaginativa e para a constituição das diferentes religiões no mundo. Neste contexto, o símbolo é definido como qualquer coisa que veicule uma concepção; pode ser uma palavra, um som, um gesto, um ritual, um sonho, uma obra de arte, uma notação matemática, cores, textos (...). (DCE Ensino Religioso, 2008, p. 30).

Muitas vezes, os comportamentos religiosos têm como fonte inspiradora alguma personalidade religiosa, neste caso estas pessoas tornam-se símbolos. Podemos, por exemplo, encontrar em inúmeras religiões o fenômeno da imitação de atitudes de seu líder religioso.


O texto sagrado também expresso em linguagem simbólica determinará os mitos e configurará os ritos para cada cultura religiosa e tradição místico-filosófica. O texto sagrado referencia os comportamentos que os adeptos devem praticar a fim de assegurar o fortalecimento da identidade religiosa grupal.

Os Textos Sagrados nos impelem diretamente à rede de signos que decorrem em linguagem. A linguagem textual, seja ela oral, escrita, musical, pictórica, entre outras, determina um campo de possibilidades interpretativas. “Os evangelhos evidenciam o caráter didático da parábola, que tende a criar um simbolismo para explicar princípios religiosos” (AUGRAS, 1980, p.15).

Conforme Boff (1976) o discurso teológico apresenta diversas possibilidades e características. O discurso pode ser: evocativo, no qual a evocação tem primazia sobre a objetividade; autoimplicativo no qual a história descrita não se restringe apenas a uma descrição dos feitos, mas diz respeito ao sentido último da vida, envolvendo sempre a pessoa; o discurso performativo no qual as promessas e exigências de ação configuram o destino eterno dos homens, e por fim, o discurso escatológico que é “plenitude daquilo que se manifesta agora, mas que será revelado totalmente apenas no termo da história” (BOFF, 1976, p. 330).

Neste complexo universo dos discursos veiculados nos textos sagrados as determinações de princípios, de rituais e modos de pensar e de agir de uma comunidade religiosa são definidos. Por exemplo: Conforme o discurso escatológico (a doutrina das últimas coisas) o ritual funerário se desenvolve. Um grupo de budistas tibetanos ritualizará a morte levando o cadáver para o alto das montanhas e entregando-o aos abutres, na crença de que deste modo, por meio do chamado “enterro celestial” o corpo cumpre a função de nutrir outros seres vivos, continuando assim a beneficiar a vida, mesmo após a morte. O texto sagrado budista ensina as pessoas a desejarem

<sup>4</sup> do Lat. *Ineffabile* adj. gén., que se não pode exprimir pela palavra; indizível; inebriante; encantador; delicioso.



e contribuirão para a felicidade de todos os seres vivos e assim o rito realiza o comunicado do texto.

Ao Ensino Religioso Escolar, nos anos iniciais, como já foi explanado anteriormente, cabe tratar pedagogicamente o conhecimento acerca das diferentes manifestações do sagrado no coletivo, tendo como conteúdos a Paisagem Religiosa, o Universo Simbólico Religioso e os Textos Sagrados organizadores dos conteúdos de ensino que serão desenvolvidos em cada etapa do processo de ensino/aprendizagem.

O Ensino Religioso objetiva socializar e construir conhecimentos acerca das diferentes manifestações do sagrado, a fim de estabelecer elementos que permitam ao aluno compreender as diferentes culturas, modos de vida e diversas formas de viver o contexto religioso. Cada ano escolar possui objetivos bem definidos, que determina a seleção de conteúdos.

Com isto as religiões que foram historicamente excluídas do Ensino Religioso de modelo cristão-católico, são agora resgatadas e tratadas pedagogicamente de maneira a receberem o mesmo tratamento didático, evitando-se, assim, qualquer forma de proselitismo. Nesse sentido, é preciso que o professor considere que os conteúdos a serem desenvolvidos nesta área do conhecimento incluem de modo equitativo tradições de matrizes africanas, nativas, ocidentais e orientais.

Para elaborar um plano de trabalho docente o professor deve, inicialmente, verificar quais são as possibilidades de aprendizagem reais de seus alunos nesta fase do desenvolvimento para então realizar a seleção de conteúdos.

A seguir apresentam-se alguns exemplos de conteúdos básicos:

Identidade religiosa, objetiva o reconhecimento de pertença ou não a uma comunidade religiosa. Este conteúdo aborda a função da religião na vida das pessoas e a importância desta na constituição das diferentes culturas. O professor pode trabalhar inicialmente a identidade religiosa de cada aluno visando o entendimento de que a sociedade brasileira é constituída por múltiplas identidades religiosas. Exemplo: Organizar a construção coletiva de uma árvore em papel grande, na qual os galhos receberão o nome de cada aluno da classe e nas folhas eles escreverão o nome das religiões e que membros de sua família a professam, incluindo aqui tios, tias, avós, etc. Uma vez que a árvore esteja pronta o professor poderá estimular os alunos a realizarem reflexões diversas.

Diversidade religiosa, visa o reconhecimento da existência de diferentes crenças. A própria sala de aula mostrará esta diversidade. Contudo é importante esclarecer que as pessoas podem optar pelo não pertencimento a uma instituição religiosa, e pela não crença em propostas religiosas. Pessoas que possuem religião e que não possuem crenças religiosas formam o panorama da diversidade que fundamenta a sociedade pluralista da qual fazemos parte. Não cabe ao professor defender este ou aquele grupo, mas sim conduzir seus alunos a compreenderem o fenômeno da multiplicidade religiosa a fim de que possam exercer a vida cidadã respeitando a dignidade e liberdade de todos. Uma possibilidade de atividade para este conteúdo é ouvir música étnica, após estudar sobre elementos da cultura da qual a música deriva. Enquanto os alunos ouvem a música ilustram suas sensações e sentimentos por meio de tinta e papel. O professor deve cuidar para

trabalhar ao menos com quatro etnias, por exemplo: indígena, africana, chinesa e brasileira. Após o estudo das características destes povos e de escutar sua música o professor pode apresentar elementos das religiões vividas por estes agrupamentos humanos.

Arte e espiritualidade, visa a compreensão das diferentes representações do sagrado na perspectiva das linguagens artísticas. Para desenvolver este conteúdo o professor estabelece a interdisciplinaridade com as diversas linguagens artísticas, como exemplo podemos citar o trabalho de interpretação da arquitetura religiosa a fim de compreender as ideias religiosas que a construção arquitetônica do templo, da casa de reza, da mesquita, sugere. O professor pode apresentar imagens de construções religiosas e então realizar a leitura do significado das formas e conceitos que esta pretende transmitir. Nas construções da Igreja Messiânica Mundial do Brasil, por exemplo, se apresenta a intenção de transmitir ao ser humano a experiência do Bem, Belo e Verdade, para isto a valorização da natureza se torna fundamental. É importante ressaltar que cada tradição religiosa na construção de seu espaço sagrado aponta para elementos importantes de sua cosmovisão<sup>5</sup>.

Família e religião, objetiva identificar o papel que a religião exerce ou não nas estruturas familiares. O professor poderá desenvolver o conceito de tradição a partir de uma análise abrangente da tradição, que passa pela culinária, formas de comportamento, brincadeiras, cantos, histórias, chegar à tradição religiosa, enfocando que a religião é, muitas vezes, transmitida de geração a geração. Isto faz com que algumas pessoas sigam as religiões de seus antepassados e outras façam o corte desta tradição rompendo com a história de família e optando por outra crença religiosa. Como sugestão de trabalho pedagógico o professor poderá orientar uma pesquisa sobre o casamento nas diferentes culturas, enfocando a possibilidade de casamentos de pessoas de mesma crença religiosa, casamentos escolhidos pela família, casamentos com mais pessoas (maridos e/ou esposas), casamentos por opção dos noivos, etc. A partir desta pesquisa os alunos poderão estabelecer relações entre as normas religiosas e as normas familiares, compreendendo que a cultura estabelece a estreita inter-relação entre religião e família, e que a tradição sustenta e apoia esta relação salvaguardando-a do próprio correr do tempo.

Culturas religiosas e as prescrições éticas, visam identificar as proposições éticas originadas dos textos sagrados e sua influência na vida das pessoas. Para este conteúdo o professor pode servir-se de textos sagrados que apontam para os comportamentos que os seguidores de dada religião devem praticar. A seguir serão apontados alguns exemplos:

- “Um amigo é um grande tesouro e deve ser estimado como um irmão. Deve-se fazer de homens bons amigos íntimos, irmãos.” – Budismo
- “Todos os homens são irmãos. Se alguém tem alguma coisa contra seu irmão, deve fazer as pazes com ele antes de cumprir qualquer dever religioso. Como alguém trata um irmão, assim trata a Deus. É um mal odiar o irmão. O amor fraterno deve governar o mundo.” – Cristianismo;

5 Do alemão *Weltanschauung*: forma particular de ordenar o mundo. Percepção de mundo, ou visão de mundo.



- “Na floresta quando as ramas discutem, as raízes se beijam” – Tradição oral africana;
- “Só depois que a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio envenenado vocês vão perceber que dinheiro não se come” – Tradição Indígena.

Simbologia religiosa, visa a interpretação dos múltiplos sentidos das representações. As religiões se organizam por meio de seus símbolos, sejam eles objetos, cheiros, sabores, sons (incluindo aqui a palavra), sensações táteis, etc. Como exemplo de atividade para desenvolver este conteúdo o professor pode escolher símbolos que identificam as diferentes tradições religiosas, como a cruz para o Cristianismo, a yin e yang para o Taoísmo, hilal (símbolo formado pelas figuras lua crescente e estrela) para o Islamismo, a roda da lei para o Budismo, um animal de poder para as Tradições Xamânicas, a imagem de um orixá para o Candomblé, etc. O professor apresenta estas imagens e os alunos confeccionam pequenos cartões com elas, é importante que os cartões sejam todos da mesma dimensão. Após concluída esta etapa os alunos se organizam em duplas, reúnem os seus cartões e podem brincar de jogo da memória. Esta é uma forma lúdica de estudo da simbologia religiosa.

Textos sagrados, objetiva reconhecer quais são os textos sagrados de diferentes religiões do mundo e as funções destes. Cabe aqui a compreensão da construção histórica dos textos sagrados e do entendimento de que o texto é um comunicado que pode ser expresso em diferentes linguagens, entre elas a linguagem escrita e a linguagem oral. Como exemplo para o trabalho pedagógico com este conteúdo sugerimos que o professor trabalhe com os seus alunos a pesquisa a fim de que estes descubram quais são os textos sagrados de religiões como Budismo, Cristianismo, Confucionismo, Hinduísmo, etc. Lembrando que as comunidades de origem Africana e Indígena possuem um complexo sistema de conhecimentos religiosos veiculados pelo texto oral.

Rituais religiosos e não religiosos, objetivam compreender seus significados e a importância que possuem na vida das pessoas. Como ponto de partida o professor poderá passar para os alunos os dez primeiros minutos do filme BARAKA, que é um documentário filmado em 70 mm, apresentando cenas filmadas em 23 países. Após assistirem ao filme os alunos podem desenhar, modelar ou pintar cenas de rituais religiosos que eles já presenciaram. Também é possível refletir sobre a existência de rituais religiosos e não religiosos, como, por exemplo, o aniversário, o batismo, a formatura, a consagração a uma dada ordem religiosa, etc.

Em se tratando de rituais é importante salientar que eles configuram uma unidade rítmica importante na vida da comunidade religiosa, por estabelecer a marca de momentos importantes e por realizar a experiência corporificada do elemento divino atuando sobre a vida cotidiana. Os rituais tornam-se significativos, normativos e também potentes mobilizadores psíquicos, como é o caso dos rituais funerários em que a experiência ritualística favorece às pessoas a lidar com sentimentos de desamparo e tristeza profunda, bem como lhes oferece a esperança da continuidade da vida após a morte.

Locais sagrados, que visam o reconhecimento espacial das hierofanias (manifestações do sagrado). Existem locais sagrados construídos pelo ser humano e locais sagrados encontrados na própria natureza, como por exemplo: uma mesquita e o rio Ganges (Índia). O professor pode desenvolver com seus alunos um trabalho de mapeamento dos lugares sagrados da comunidade

na qual se insere a escola. Os alunos podem realizar a observação de lugares sagrados quando fazem o percurso de saída de casa e ida para a escola. No caminho o aluno pode anotar o nome da rua e o nome do templo, igreja, cemitério. Enfim, anotará os indicadores dos lugares sagrados que puder ver em seu percurso. O aluno não precisará entrar nestes lugares, apenas observar de fora e anotar sua localização. Mais tarde, em sala de aula, todas as observações serão unificadas na construção de um mapa dos locais sagrados do bairro.

Concepções do sagrado feminino e do sagrado masculino, objetiva perceber a igualdade ou desigualdade entre homens e mulheres no desempenho de papéis no interior da comunidade religiosa, bem como a existência de deuses e/ou deusas no contexto religioso. Como sugestão de atividade para desenvolver este conteúdo sugerimos que os alunos assistam ao filme “Mulan” (Disney) e a partir desta história, o professor pode conduzir uma reflexão coletiva acerca do papel da mulher no mundo, dando ênfase à sua participação no universo religioso. Pode também trazer para compartilhar com os alunos algumas imagens e histórias de deusas consideradas importantes para certas tradições religiosas. Ex: Pacha Mama (povos andinos), Amaterasu (japoneses), Kali (hinduístas), Donzela do Graal (céltica), Gaya (gregos), etc.

Os mitos são narrativas simbólicas que procuram explicar a origem, o sentido e o fim das coisas, do mundo e dos homens. O mito é a forma mais antiga de conhecimento. Eles têm sua importância na construção das crenças religiosas e no entendimento que os homens expressam simbolicamente. Neste sentido, o mito surge para explicar a origem do mundo e dos seres, e no interior das religiões são tratados como um tipo especial de expressão da realidade, o que difere das lendas que, muitas vezes, podem ser narrativas fantásticas sem uma necessária vinculação com a realidade.

O professor pode trazer alguns mitos religiosos a fim de que os alunos possam ilustrá-los, formando assim um pequeno álbum ilustrado de mitos. Sugerimos que o professor apresente no mínimo quatro mitos, um indígena, um africano, um ocidental e outro de origem oriental. Muitos trabalhos podem ser desenvolvidos a partir do conhecimento da mitologia religiosa e da compreensão de sua importância na vida das pessoas.

O rito (sacralização do tempo), objetiva compreender como o rito ordena o tempo religioso e o tempo pessoal. Também facilita a compreensão da ideia de Deus/Deusa que cada tradição veicula. O rito estabelece uma ponte de contato entre o ser humano e o Transcendente/Imanente<sup>6</sup>, ele se expressa em linguagem corporal e simbólica.

Ritos são celebrações das tradições e manifestações religiosas que possibilitam um encontro interpessoal. Essas celebrações são formadas por um conjunto de rituais. Podem ser compreendidas como a recapitulação de um acontecimento sagrado anterior; servem à memória e à preservação da identidade de diferentes tradições e manifestações religiosas, e podem remeter a possibilidades futuras decorrentes de transformações contemporâneas. (DCE-SEED, 2008 – Ensino Religioso, 2008, p. 31).

Sugerimos que o professor trabalhe com um determinado conteúdo, por exemplo, rituais de nascimento (batizado, apresentação da criança, etc.) em diversas culturas religiosas.

<sup>6</sup> Transcendente se refere àquilo que está além, e que chega vindo de fora, enquanto que imanente se refere àquilo que está no interior, que emana de dentro.

Reencarnação, ressurreição, ancestralidade e a negação da ideia de possibilidade de vida além morte, visa reconhecer as diferentes concepções religiosas no que se refere às crenças para a existência de alguma espécie de continuidade da vida após a morte, entre muitos outros conteúdos. Sugerimos como exemplo de atividade que poderá ser desenvolvida em sala de aula, assistir ao filme “Sonhos” de Akira Kurosawa, último quadro, intitulado “O Povoado do Moinho”. Trata-se de uma reflexão sobre a vida e a morte, no contexto do pensamento oriental. A partir deste quadro do filme, que não ultrapassa 10 minutos, o professor poderá desenvolver o conteúdo trabalhando com os conceitos de reencarnação, ressurreição, ancestralidade e a negação da possibilidade de vida além morte.

O trabalho pedagógico com esses conteúdos exige que o professor defina os objetivos que pretende atingir, os encaminhamentos metodológicos norteadores de sua atitude pedagógica e os critérios de avaliação. Importa organizar materiais e espaços a fim de que o conteúdo possa ser trabalhado no contexto da realidade do cotidiano da sala de aula.

Salientamos o processo de democratização do saber, em que a prática docente conduz os alunos para a apropriação do conhecimento sistematizado e historicamente acumulado pela humanidade no que diz respeito à diversidade de manifestações do sagrado. Na apropriação destes conteúdos, transformados em saberes o Ensino Religioso tem sua parcela de contribuição na intervenção social, pelo modo como as situações-problema atuam e mobilizam novos comportamentos sociais. “A educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato”. (SAVIANI, 1987, p. 76). O autor ainda afirma que:

A prática social referida no ponto de partida e no ponto de chegada é e não é a mesma. É a mesma, uma vez que é ela própria que constitui ao mesmo tempo o suporte e o contexto, o pressuposto e ao alvo, o fundamento e a finalidade da prática pedagógica. E não é a mesma se considerarmos que o modo de nos situarmos em seu interior se alterou qualitativamente pela mediação da ação pedagógica (...) (1987, p. 76).

Deste modo, em conformidade com as Diretrizes Curriculares para o Ensino Religioso da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (2008), a disciplina de Ensino Religioso apresenta grandes desafios e orienta-se para desenvolver uma prática de ensino voltada para a superação do preconceito religioso e para o exercício do diálogo. Com este fim, o professor precisa adotar uma postura que o liberte dos antigos padrões de um Ensino Religioso catequético, precisa alicerçar sua práxis nas ciências da religião e focar as diferentes manifestações do sagrado como objeto de estudo da disciplina, evitando julgamentos de valor e inferências pessoais.

Ao analisar e tratar pedagogicamente as diferentes manifestações do sagrado, o professor trabalhará com a descrição das diversas culturas religiosas a partir de suas paisagens, universos simbólicos e textos sagrados, trazendo interpretações oriundas das próprias culturas geradoras das religiões em estudo. O que significa que o professor não interpretará livremente estas manifestações religiosas, mas sim as descreverá e transmitirá significados originais. Ex.: os símbolos religiosos devem ser decodificados com base no que esclarecem os representantes legítimos da cultura e tradição que os originou. Para Tyler (in TERRIN, 2004) cultura é “o conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os nossos hábitos adquiridos enquanto membros de uma sociedade” (p. 73).

É preciso considerar que a tradição religiosa emerge de uma cultura, é influenciada por ela e a influencia constantemente. Só se torna possível o estudo das manifestações do sagrado se houver uma abertura do professor para compreender universos completamente novos e distintos do seu próprio universo de significações pessoais.

Conforme Terrin (2004) há que se superar a dificuldade de “sair” da própria cultura ao entrar em contato com outras. Nesta tarefa é preciso colocar em suspenso o arcabouço de dados racionais e culturais do próprio professor, sua lógica de pensamento, pois tudo isto foi modelado no âmbito de uma dada cultura e ele precisa colocar entre parênteses suas próprias construções mentais (conceitos pessoais) para compreender um sistema lógico religioso diferente do seu.

Em se tratando da pluralidade cultura religiosa enfocada no Ensino Religioso podemos citar Andrade (2004) que afirma que a pluralidade religiosa existente no mundo deve ser considerada e que a experiência do pluralismo é um apelo à descoberta e afirmação da própria identidade.

A abordagem proposta pelo diálogo inter-religioso é uma forma de unir diversos pontos de vistas de uma mesma realidade. A diversidade em si é divina, pois acrescenta toda a cor para a vida. Há diversidade cultural, racial, linguística e religiosa. Cada uma dessas diversidades é completa em si e por si no seu contexto. Mas, quando confrontada com a Totalidade, encontra-se como um fragmento. Justamente esse confronto possibilita a experiência do diálogo e, no caso do fragmento religioso, estabelece o diálogo inter-religioso. Qualquer diálogo, seja religioso, cultural ou individual, necessita de um movimento. No nível individual, sair de si para o outro, no nível cultural sair de uma cultura para a outra. (ANDRADE, 2004, p. 166)

O método dialógico<sup>7</sup> alicerça a possibilidade de comunicação, da composição que une divergências, concordâncias e discordâncias em uma possibilidade de interação e contato. O professor de Ensino Religioso, nesta perspectiva, adota uma postura observadora e descritiva ante as diferentes manifestações do sagrado. Favorece o diálogo em sala de aula, fundamentado na palavra do diferente. Aproxima-se da realidade sem contudo crer-se conhecedor de sua totalidade, reconhece que o diálogo favorece as aproximações e não determina saberes imutáveis. Porém, cabe lembrarmos que toda linguagem é limitada. Neste pormenor, nenhuma descrição é acabada e absoluta, pois nenhuma linguagem é totalmente fiel em sua interpretação da realidade. Neste aspecto, os conteúdos são tratados com todo o cuidado a fim de evitar qualquer tipo de abordagem preconceituosa, de defesas ou contestações de verdades religiosas ou até mesmo de “demonizações” da fé alheia.

O diálogo mostra ser uma prática responsável, de superação de relações assimétricas e questionadora dos discursos hegemônicos que impedem a comunicação entre as pessoas e culturas. O principal objetivo do diálogo é mudar e amadurecer por meio da percepção e compreensão da realidade diversa. “Entramos no diálogo para que possamos aprender, mudar e amadurecer e não para forçar a mudança no outro (...)” (ANDRADE, 2004, p. 169)

7 O método dialógico consiste em considerar as diferenças como possibilidades de observação e reflexão, incluindo, deste modo, novas perspectivas ao conhecimento.

## Avaliação

A avaliação é concebida como parte integrante e indissociável de todos os momentos do processo ensino/aprendizagem, apresenta funções diversas, como diagnosticar e orientar a intervenção pedagógica. Também apresenta a função formativa e de acompanhamento do processo de construção do conhecimento, bem como facilita o mapeamento do processo por meio de demonstrativos de resultados. A avaliação em Ensino Religioso parte do princípio da inclusão é processual e permeia toda a prática do cotidiano da sala de aula.

No Ensino Religioso a avaliação não se ocupa em aprovar ou reprovar, ou em gerar nota, mas em verificar e conduzir o processo de aprendizagem. Para o professor a avaliação é um excelente instrumento que favorece a orientação pedagógica com base em critérios muito bem estabelecidos.

O alcance dos objetivos de cada etapa do processo ensino-aprendizagem é verificado por meio de instrumentos avaliativos elaborados a partir de critérios que darão ao próprio aluno e ao professor um mapeamento da aprendizagem. Os critérios estão intimamente vinculados aos objetivos, são os marcos, os pontos de chegada que darão início a novos pontos de partida. A avaliação não está centrada em resultados, mas fortalece-se como proposta orientada para o estudo dos processos, buscando a percepção global da informação e a aplicabilidade dos conhecimentos obtidos.

Também é importante considerar os campos de aprendizagem e, principalmente, ter clareza quanto à forma pela qual os conteúdos são elencados, o grau de importância que damos a eles e o poder que lhes conferimos ao escolher alguns em detrimento de outros, desde que contemple sempre a diversidade religiosa, de modo que a pluralidade do fenômeno religioso seja sempre respeitada. Compreendendo que a hegemonia dos conteúdos não é um dado absoluto, e sim relativo, cabe considerar que a avaliação acaba por legitimar certos tipos de atividades educativas e discriminar outras tantas.

Na teoria e prática avaliativa devemos considerar o não explícito do sistema, cuja influência é determinante. O não explícito, muitas vezes inconsciente, refere-se às ideologias que atuam nos sistemas escolares formando posições e determinando escolhas. É importante considerar, também que a avaliação deve prestar auxílio ao processo da aprendizagem humana, caso contrário ela se limita à medição de resultados, aprovação e reprovação e não cumpre a função principal de ser agente transformador e mediador da aprendizagem.

Neste quesito a avaliação em Ensino Religioso está inserida em um contexto amplo e significativo, ela é antes de tudo um instrumento que compõe a prática pedagógica e se fundamenta em critérios.

Segue um exemplo de organização em sala de aula para trabalhar com Ensino Religioso em uma turma de quarto ou quinto ano, desenvolvendo o conteúdo intitulado, “Rituais, onde o corpo se comunica com o divino” :

**Objetivos:** conceituar e identificar rituais importantes em diferentes matrizes religiosas e compreender a função dos rituais na vida religiosa dos povos.

**Encaminhamentos metodológicos:** Como atividade inicial o professor pode colocar para os alunos um trecho do documentário “Xingu” na parte em que este filme mostra um ritual religioso dos índios brasileiros. Depois de assistirem às cenas escolhidas, realizar um momento de diálogo coletivo no qual o conceito de símbolo deverá ser amplamente analisado com base nos elementos veiculados.

Na sequência o professor pode entregar um texto previamente elaborado que desenvolve o conceito de ritual e no qual apontará para a descrição de rituais importantes em pelo menos uma religião de cada matriz, por exemplo: um ritual indígena, do candomblé, budista e de uma igreja cristã.

A seguir a classe pode articular-se para realizar uma pesquisa em diferentes fontes, acerca de determinado tipo de ritual, como o ritual de casamento, por exemplo. Várias formas de apresentação do resultado das pesquisas podem ser sugeridas, como o teatro de fantoches, a criação de histórias em quadrinhos, de reportagens, de entrevistas, etc.

Para fazer a síntese avaliativa o professor pode elaborar instrumentos para verificação do aprendizado dos alunos, bem como acompanhar cada etapa do desenvolvimento da aula, conversando com estes sobre seu processo de trabalho e aprendizagem. O professor também pode sugerir atividades autoavaliativas nas quais o aluno se posicionará em relação aos objetivos desta etapa de aprendizagem, desenvolvendo autoconsciência sobre seu processo.

Este foi apenas um breve exemplo de possibilidade de organização em sala de aula para o Ensino Religioso. O professor tendo clareza quanto aos conteúdos pode então, organizar sua abordagem pedagógica tendo sempre em vista os objetivos que pretende alcançar em cada etapa do trabalho escolar. Sem esquecer que no Ensino Religioso compreender as diferentes manifestações do sagrado implica em trabalhar com a diversidade cultural religiosa existente no Brasil.

## Conclusão

Conhecer melhor a própria religião e a religião alheia pode ser instrumento necessário para o convívio pacífico e respeitoso entre pessoas de diferentes crenças. Como dizia Gandhi (1985, p. 76) “Não quero que minha casa seja cercada por muros de todos os lados e que as minhas janelas estejam tapadas. Quero que as culturas de todos os povos andem pela minha casa com o máximo de liberdade possível”. E isto não significa a perda das próprias raízes e convicções, ao contrário, significa maior clareza de suas próprias opções a ponto de ter os braços e as mãos livres para dá-los aos demais respeitando o direito à diferença e à liberdade de opção religiosa, inclusive a liberdade de não possuir crenças religiosas.

A radicalização, que implica no enraizamento que o homem faz na opção que fez, é positiva, porque preponderantemente crítica. Porque crítica e amorosa, humilde e comunicativa. O homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor a sua opção. Dialoga sobre ela (FREIRE, 2001, p. 59).

Com base no diálogo e na compreensão de que vivemos em um mundo plural, constituído pela diversidade, o Ensino Religioso Escolar pretende ser mais um instrumento para a formação do indivíduo e da cidadania, tendo por base o conhecimento.

Este material pretende fornecer ao professor um ponto de partida para suas reflexões acerca da prática pedagógica em Ensino Religioso. Lembrando que é fundamental na prática pedagógica:

- Trabalhar o sagrado de maneira a tratar as religiões com o mesmo respeito e profundidade;
- Planejar suas intervenções pedagógicas levando em conta a necessidade de contemplar as diferentes matrizes: nativas, afro-brasileira, ocidental e oriental;
- Orientar sua atitude profissional pelo princípio de que Ensino Religioso é ofertado para todos aqueles que possuem ou não uma religião, e, portanto, não intenciona levar os alunos a vivenciarem práticas de fé, ou ainda a estimulá-los para que tenham qualquer forma de crença religiosa;
- Cuidar para que o discurso pedagógico seja articulado com cientificidade e criteriosidade, a fim de que os conhecimentos articulem-se diretamente às fontes primárias de informação.

Para o professor trabalhar com o Ensino Religioso é necessário a busca constante da superação da visão fragmentada, a fim de que o conhecimento se torne significativo e participe na construção de um mundo no qual as relações entre as pessoas de diferentes posicionamentos religiosos sejam de cooperação, cuidado e reciprocidade. O discurso da sustentabilidade se torna possível na prática cotidiana do encontro solidário entre os diferentes.

## Referências

ANDRADE, Joachim. **Da pluralidade rumo ao diálogo inter-religioso**. Último andar. PUC/SP, dezembro, 2004.

BOWKER, J. **Para entender as religiões**. São Paulo: Ática, 1997.

BRASIL. **Lei N.º 9.475**, de 22 de Julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da LDBEN nº 9.394/96.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, **Resolução N.º 2 de 7 de abril**.

CARON, Lurdes. **O ensino religioso na nova LDB**. Equipe do GRERE. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, Elde Murta. org. **O pensamento vivo de Gandhi**. São Paulo: Martin Claret Editores, 1985

- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O conhecimento sagrado de todas as eras**. São Paulo: Mercúryo, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIL FILHO, Sylvio F. **Espaço sagrado no Islã Shi'í**: notas para uma geografia da religião do Shi'ismo Duodécimano. In: II Colóquio do NEER, Curitiba, 2007.(prelo)
- HELLERN, V.; NOTEKER, H.; GAARDER, J. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do Ensino Religioso**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PAVIANI, Jayme. **Formas do Dizer. Questões de método, conhecimento e linguagem**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- SANDNER, Donald. **Os navajos e o processo simbólico da cura**. São Paulo: Summus, 1990.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**. O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1987.
- SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para a Educação Básica**. Curitiba, 2008.
- TERRIN, Aldo Natale. **Antropologia e horizontes do sagrado**. São Paulo: Paulus, 2004.
- TUAN, Yi Fu. Transcrito dos Annals of the Association of American Geographers, 66: (2), junho 1976. Título do original: **Humanistic Geography**. Tradução de Maria Helena Queiróz.
- FONTE ELETRÔNICA CONSULTADA:  
[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)